



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
CNPJ: 08.764.284/0001/02
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

DECRETO Nº 035/2022

NORMATIZA A EXECUÇÃO DO DIREITO REGRESSIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA EM FACE DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTAS POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO COMETIDAS NA CONDUÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA-PB, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 37, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, art. Art. 257, § 1, § 2 e § 3, do Código de Trânsito Brasileiro, a Lei Orgânica Municipal e em especial o art. 187/201 do Estatuto dos Servidores Municipais de Santa Helena (Lei Municipal Nº 283/94).

CONSIDERANDO o art. 37, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil que expressamente prever o direito de regresso dos entes federativos em relação aos seus servidores públicos, a saber: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”;

CONSIDERANDO o Código de Trânsito Brasileiro, em seu Art. 257, § 1, § 2 e § 3, que prever no §3 a responsabilidade do condutor pelas infrações praticadas na direção do veículo, cabendo ao município, por sua vez, promover a identificação do condutor por meio de procedimento administrativo, assim como informar o nome do infrator ao órgão de trânsito competente para que esse seja identificado e incorporado a perda de pontuação a sua CNH e ainda, cabe ao município intentar medidas de regresso em desfavor do servidor público infrator para ressarcir o erário, respeitando o devido processo legal;

CONSIDERANDO os art. 187/201 e demais disposições da Lei Municipal 283/94 – Estatuto dos Servidores – que disciplina as responsabilidades civis e administrativas dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO a vultuosidade de multas aplicadas em veículos do município pela condução dos servidores municipais, valores altos e infrações de trânsito reiteradas, prejudicando o interesse público;



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

CNPJ: 08.764.284/0001/02

CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

CONSIDERANDO a necessidade de ressarcir o erário pelo cometimento de infrações de trânsito por parte dos servidores, observando o dolo ou culpa e os casos de exclusão da culpabilidade;

CONSIDERANDO o interesse público envolvido, tendo em vista que os valores das multas por infrações de trânsito estão alarmantes e crescentes no município, necessitando, pois, de um controle e a responsabilização dos servidores que lhe deram causa;

DECRETA:

Art. 1º. O exercício do direito de regresso do Município de Santa Helena em desfavor do servidor público, seja efetivo ou não, pelo cometimento de infração de trânsito na direção dos veículos pertencentes a frota municipal, apurando se houve dolo ou culpa, para que possa ressarcir o erário no montante da multa cominada pelos órgãos de fiscalização, respeitando o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único: O município efetuará o imediato pagamento da multa, e procederá junto ao órgão fiscalizador a identificação do condutor, exercendo posteriormente o direito de regresso para ressarcir o erário.

Art. 2º. O dolo ou culpa do servidor infrator será apurado por meio de Processo Administrativo disciplinado pelo Estatuto dos Servidores Públicos de Santa Helena/PB, observando os seguintes critérios:

I – O município após o pagamento da multa, antecipadamente, e com anuência expressa do servidor infrator, poderá de imediato descontar de sua remuneração o valor correspondente a multa cominada, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo;

II – A anuência do servidor deverá ser por escrito e fazer parte dos autos do Processo Administrativo deflagrado posteriormente;

III – Se não houver anuência do servidor infrator em relação ao desconto da multa de trânsito de sua remuneração, o Processo Administrativo será imediatamente deflagrado e o respectivo desconto só poderá ocorrer após decisão irreversível.

II – Após decisão irreversível em sede de Processo Administrativo, caso o servidor infrator tenha anuído com o desconto antecipado da multa de sua remuneração e seja absolvido, o município de imediato devolverá de imediato os valores descontados e este suportará o ônus da reprimenda.

Art. 3º. Depois da conclusão do processo administrativo, em caso de comprovação de dolo ou culpa, será o fato anotado na ficha funcional do servidor.



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
CNPJ: 08.764.284/0001/02
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

Art. 4º. Poderá ser criada uma Comissão Permanente para conduzir o Processo Administrativo para os fins que especifica o presente decreto, desde que seja constituída por maioria de servidores efetivos e sua composição seja renovada anualmente.

Art. 5º. Os casos de infrações de trânsito anteriores ao presente decreto, serão de imediato submetidos à sua normatização, com a deflagração imediata do Processo Administrativo correspondente.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional, Santa Helena/PB, em 21 de novembro de 2022.


JOÃO CLEBER FERREIRA LIMA
PREFEITO CONSTITUCIONAL